

## PREFÁCIO

A realização desta série de números especiais sobre «A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar» constitui uma das etapas da colaboração entre o Núcleo de Estudos Integrados sobre a Agricultura Familiar, do Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará (NEAF/CAP/UFGPA) e o Departamento de Pesquisas sobre Sistemas Agrários e Desenvolvimento, do Instituto Nacional de Pesquisa Agrônômica da França (INRA-SAD). Estes números foram elaborados a partir dos trabalhos apresentados no seminário internacional realizado em Marabá, em 1997, com o apoio financeiro do Centro Nacional da Pesquisa Científica da França (CNRS - Programa Meio Ambiente, Vida e Sociedade; Comitê Sistemas Ecológicos e Ação do Homem) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A agricultura familiar de baixo capital compreende, aproximadamente, 8 milhões de famílias no Brasil, sendo que o seu desenvolvimento esbarra em um conjunto de obstáculos político-sociais, mas também técnico-econômicos. Não se trata, simplesmente, dos agricultores terem uma terra para trabalhar. É necessário possuírem meios para poder viver dessa terra e legar aos seus filhos um estabelecimento agrícola viável.

Essa agricultura não é só um desafio aos poderes públicos no seu conjunto, aos organismos de desenvolvimento e às organizações de agricultores mas, também, à pesquisa científica e, notadamente, à pesquisa agrônômica. De fato, a importância numérica das famílias que executam esse tipo de agricultura ou que são «candidatas» em potencial (como é o caso daquelas famílias que reclamam por terra) é tal, que seria fora de propósito imaginar a criação de um setor de assistidos ou tampouco seria razoável tentar controlar a «lenta desintegração» deste setor rumo a outras formas de agricultura mais capitalizadas ou a atividades urbanas assalariadas.

É necessário, então, buscar vias para um desenvolvimento duradouro dessa agricultura, sabendo-se que as inovações propostas pelas instituições de pesquisa e de desenvolvimento agropecuário nem sempre correspondem às necessidades e capacidades desses agricultores. Se ainda acreditamos que a pesquisa tem um papel nessa aventura, então ela deve ser capaz de trabalhar em estreita relação com as reais condições de produção da agricultura familiar. Esta imersão nas situações contingentes da ação não será possível sem a cooperação dos atores interessados e, sobretudo, dos agricultores «da base», e não somente dos seus representantes.

Trata-se, de fato, de distinguir as diferentes categorias de agricultores envolvidos, identificando os fatores mais pertinentes que favorecem sua participação nos processos de desenvolvimento em curso ou em projeto. Para tanto, categorias definidas externamente e de acordo com critérios de caráter

geral, sejam eles sociais ou técnico-econômicos, se revelam freqüentemente pouco operantes, não levando em conta a especificidade das situações locais daqueles que se identificam como «pequena agricultura familiar». Portanto, são estes agricultores que estão envolvidos nestas operações que, para serem eficazes, devem considerar as peculiaridades de cada uma destas situações, as quais delimitam o quadro de ação dos projetos de desenvolvimento.

Um dos meios de se concretizar essa cooperação é através de projetos de pesquisa-desenvolvimento a nível local, ou seja, o das atividades sociais e técnicas cotidianas dos agricultores. O nível local de intervenção envolve imediatamente os técnicos e pesquisadores em uma situação concreta de cooperação com os agricultores, permitindo levar em conta os atos técnicos e sociais em situação (as práticas). Obriga, igualmente, a levar em conta as dimensões do desenvolvimento que vão além do estrito âmbito técnico-econômico, como é o caso das dimensões socioculturais e ambientais, implicando, conseqüentemente, em uma necessária cooperação entre disciplinas. O nível local permite também desenvolver um ponto de vista sobre as diferentes intervenções de desenvolvimento, sejam elas das organizações de agricultores, das ONGs ou dos poderes públicos, consideradas nas suas coerências próprias e, na maior parte das vezes (infelizmente), na sua falta de articulação.

Todavia, o nível local não é dado, pois deve ser construído. Ele provém de uma tríplice construção: a dos agricultores, a dos agentes do desenvolvimento e a dos pesquisadores. A dos agricultores, não porque tudo esteja para ser construído nas fronteiras agrárias da Amazônia como gostaria o clichê, mas porque o cotidiano é uma perpétua reprodução e reconstrução de relações entre as pessoas e entre elas e os recursos locais: é o que esta publicação chama de «a construção local do território». Trata-se, então, de um objeto dinâmico para os pesquisadores e que é construído no dia-a-dia das atividades agropecuárias, assim como na contingência da realização concreta de uma operação de desenvolvimento. Isso significa que as atividades dos produtores devem ser abordadas a partir de suas diferentes dimensões – técnica, social, econômica e política –, as quais eles mesmos não procuram sistematicamente distinguir.

Freqüentemente, a literatura tende a falar de ações de desenvolvimento de forma genérica. É na sua aplicação concreta no campo que estas ações tomam sentido para os agricultores e é dessa forma que elas deveriam ser analisadas pelos pesquisadores. Enfim, o nível local é uma construção do pesquisador, que deve fazer seu recorte da realidade, escolhendo como considerar essas interações dinâmicas quando apresenta seus trabalhos e seus resultados, quer seja em termos de propostas de ação ou de comunicação acadêmica.

Eis a razão pela qual nos alegramos com a divulgação destes números especiais da revista Agricultura Familiar, propostos por Christophe Albaladejo e Iran Veiga, cujo objetivo é instruir um debate entre as ciências sociais e as

ciências exatas e naturais sobre a possibilidade de usar o «local» como «cena» de uma cooperação eficaz entre agricultores, técnicos e pesquisadores para a construção de um desenvolvimento durável da agricultura familiar.

Este segundo número faz uma análise crítica do uso atual das abordagens em termos de desenvolvimento local, tanto do ponto de vista das dinâmicas das escalas mais amplas como das condições de uma participação efetiva dos agricultores de base no seu desenvolvimento. Esta etapa crítica da reflexão será continuada no próximo número por meio de uma discussão quanto à dificuldade em construir uma abordagem sobre uma noção com contornos tão mal definidos como a de «local», e sobre as dificuldades de se passar de situações contingentes a conhecimentos que possam ser generalizáveis, ou ao menos pertinentes, a outras situações, em lugares e momentos diferentes.

Esta reflexão sobre a construção local dos territórios da agricultura familiar é, não somente, um meio de questionar as formas concretas de ação dos agricultores e dos técnicos no marco de intervenções de desenvolvimento, mas também um momento privilegiado da cooperação entre o INRA-SAD e o NEAF da UFPA/CAP. Ela nos possibilita compartilhar esforços de pesquisa mobilizando, de forma organizada, ciências humanas, ciências exatas e ciências naturais com vistas a produzir conhecimentos que permitam uma melhor compreensão e um melhor acompanhamento das mudanças que afetam a agricultura em situações de ação.

**Antonio CARDOSO e Bernard HUBERT**